

O LÉXICO PAULISTA: O CASO DO *URUBU* E DO *CORVO* NUMA PERSPECTIVA GEOLINGÜÍSTICA PLURIDIMENSIONAL

Greize Alves da Silva (PG-UEL)¹

1. Introdução

Este trabalho tem como proposta descrever e analisar as variantes lexicais para a ave comumente conhecida no Brasil por *urubu*, obtidas a partir do seguinte questionamento: “*Qual a ave preta que come animal morto, podre?*”. Como escopo para a análise, utilizamos os inquéritos coletados pelo Projeto Atlas Lingüístico do Brasil em 38 cidades paulistas, totalizando 152 informantes. Propomos descrever a motivação para as designações e também apresentamos um esquema de cartografia experimental, utilizando os preceitos da sociolingüística aliados ao método da geolingüística.

Desde tempos remotos há a preocupação em descrever fatos referentes às línguas utilizadas por diferentes povos. Essa preocupação remonta à própria origem do homem que tem no seu linguajar a maneira de expressar o que pensa sobre o mundo que o cerca.

Atrelada à cultura humana está a atividade criadora em designar seres e objetos. No próprio livro da Gênese foi dado ao homem o poder de nomear e dominar toda a criação. Podemos notar o reflexo dessa atividade: a de nomear, especialmente no léxico de uma língua.

Constituído de um sistema aberto, o léxico, diferentemente da fonética e da sintaxe, expressa a recorrência de um povo na busca por termos que designem seus referentes. Tal fato, associado à atividade criadora do ser humano, nos possibilita verificar a riqueza lingüística e cultural da humanidade apresentada em seu vocabulário.

2. Discussão teórica: bases lexicais da Língua Portuguesa

Ao voltarmos à história da gênese da língua portuguesa, verificamos que a diferenciação do português europeu em relação às outras línguas românicas deve-se à sua localização e à influência celta. Com relação aos substratos do português, Vilela comenta (1994, p. 16), “[...] os celtiberismos, por exemplo, anteriores à chegada dos romanos, constituem substrato em sentido estrito, os germanismos e arabismos, posteriores à romanização, mas anteriores ao aparecimento histórico do galaico-português, são substratos em sentido amplo”. Variadas línguas atuaram na constituição do léxico, como atesta Vilela (1994):

“Em conclusão, as fontes do vocabulário são o latim (latim coloquial tardio), o árabe, o provençal e o francês, o latim eclesiástico (por meio das traduções), o latim erudito que influenciou (sintática e) vocabularmente, de um modo muito profundo, o português na língua escrita, do século XVI, o castelhano na época de quinhentos como língua da corte e língua de cultura, e, a partir do século XVIII, o francês e, nos dois últimos séculos, o inglês”. (VILELA, 1994, p. 22).

No Brasil, no caso do Português Brasileiro, segundo Viana apud Nascentes (1960), no fim do século XVII, era utilizada a língua geral. No século XVIII falava-se duas vezes mais guarani do que português. A língua nacional recebeu influências dos indianismos em sua base de formação:

“A influência que o tupi, exerceu no português é indubitável, e predominou durante largo tempo, como o estão atestando as inúmeras, designações topográficas e as centenas de vocábulos tupis que penetraram no português do Brasil. É certo que essa influência perdeu já quase de todo a sua ação, e cada vez se irá fazendo sentir menos; é porém inegável não só no léxico e nas pronúncias que o português adquiriu lá, mas em vários fenômenos sintáticos, que por outro

¹ Aluna regular do curso de mestrado da UEL. greize_silva@yahoo.com.br

modo dificilmente se explicariam”. (VIANA, Gonçalves, Palestras Filosóficas, pág. 52, apud NASCENTES, 1960, p. 262).

Teyssier (1997) informa que a língua geral foi proibida em 1757, com base em um Diretório criado pelo Marquês de Pombal.

A presença das culturas européia, indígena e africana, firmada de modo diverso na extensão territorial brasileira, aliada aos fatores sociais e à extensão territorial, contribuíram na intensa dialetação nacional. Teyssier (1997) ainda afirma que a diversificação de falares ao longo do país é maior entre os cultos e analfabetos do que as diferenças geográficas, entre falar nortista e sulista, por exemplo. O supracitado autor revela: “A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical.” (TEYSSIER, 1997, p. 98). Neste particular, o eixo horizontal encontra-se classificado como as diferenças geográficas, e a vertical, as diferenças entre falantes das variadas camadas sociais.

Nascentes (1953), em *O linguajar carioca*, atesta que: “[...] a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares [...]. Para isso contribuiu também o modo diferente de povoamento das diversas regiões”. (NASCENTES, 1953, p. 16).

A dialetação encontra subsídios nas influências étnicas, culturais, regionais, migratórias, dentre outras. Brandão (1996) analisa tal multiplicidade de fatores influenciadores da diversificação lingüística, explanando acerca da interdisciplinaridade de estudos geo-sócio-lingüísticos de uma comunidade:

“É, portanto do fato de uma localidade constituir, antes de tudo, um complexo social em permanente mutação que advêm não só as dificuldades de se delimitarem redes em pesquisas geolinguísticas mais amplas, mas também a certeza de que para em partes superá-las e assim dar conta da multidimensionalidade dos fenômenos lingüísticos, é necessário aliar os métodos da sociolinguística aos da dialetologia e acercar-se de outros ramos da ciência”. (BRANDÃO, 1996, apud AGUILERA, 1998, p. 239).

Ao analisarmos a variabilidade da Língua Portuguesa no Brasil, faz-se relevante a investigação lexical, por ser a parte menos conservadora da língua, ou seja, a primeira que apresenta variação, revelando as mudanças sociais e sua carga de influência na fala da comunidade. Os neologismos (novos vocábulos e expressões) surgem, e os arcaísmos (expressões em desuso) deixam de ser utilizados, contribuindo com a renovação vocabular, que faz parte da natureza evolutiva das línguas. Segundo Vilela (1994), esse processo constante de renovação reflete a necessidade do falante na efetivação da comunicação, pois a sistematicidade da sociedade requer uma configuração traduzida em novas formas de expressão. Devido a esse fato, o estudo da língua falada encontra sua importância no registro do léxico, que se renova constantemente e os vocábulos podem nem ser dicionarizados, por realizarem-se apenas em plano comunicativo compartilhado na fala, sem registro escrito. De acordo com essa realidade, Mário Vilela (1994) aponta:

“[...] o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade lingüística e arquiva o saber lingüístico numa comunidade [...] o léxico é o repositório do saber lingüístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes numa comunidade. (VILELA, 1994 p. 6).

O vocabulário regional transparece a relação da sociedade e da cultura ao longo do tempo. O usuário falante transparece no uso lexical influências oriundas da sociedade, da cultura regional, e seu contato com outras culturas e comunidades lingüísticas.

Ainda segundo Vilela (1994), o processo de renovação lexical da língua correlaciona valores de natureza referencial e afetivo, dando aos vocábulos e expressões marcas diatópicas, diafásicas e diastráticas, que apresentam juízos de valor, tais como adesão ou repulsa, desvalorização ou valorização, de acordo com o tempo

ou comunidade em que se encontra o falante. Tais aspectos constituem fatores que contribuem na atuação do falante e sua relação direta com a formação ou adaptação de novas de palavras.

3. Metodologia

Nesta pesquisa, por meio do método geolinguístico, verificamos a distribuição diatópica para o conceito obtido a partir das respostas dadas a questão 064 do Questionário Semântico Lexical do ALiB (2001, p.26) *Qual a ave preta que come animal morto, podre?* registradas em 38 localidades paulistas junto a 152 informantes.

Os dados são do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, que tem por finalidade coletar, descrever e analisar aspectos da língua portuguesa falada no Brasil. Utilizamos como escopo as entrevistas realizadas pelo Projeto e coletadas pela equipe regional Paraná/UEL.

A coleta dos dados segue a metodologia estabelecida pelo Projeto ALiB: informantes de ambos os sexos, duas faixas etárias distintas (18 a 30; 50 a 65 anos), nascidos na localidade e com os pais também nativos; com formação escolar básica, no máximo até a 8ª série. O quadro abaixo se refere ao perfil dos informantes²:

Quadro I: Perfil do Informante

Nº	Sexo	Faixa etária	Escolaridade
1	Masculino	18 a 30 anos	Até 8ª série
2	Feminino	18 a 30 anos	Até 8ª série
3	Masculino	50 a 65 anos	Até 8ª série
4	Feminino	50 a 65 anos	Até 8ª série

(Projeto ALiB – Procedimentos Metodológicos)

As localidades paulistas analisadas são numeradas e assim identificadas: 150- Jales, 151 – Votuporanga, 152 – São José do Rio Preto, 153 – Barretos, 154- Franca, 155 – Andradina, 156 – Araçatuba, 157 – Ribeirão Preto, 158 – Lins, 159 – Ibitinga, 160 – Mococa, 161 – Presidente Epitácio, 162- Adamantina, 163 – Araraquara, 164 – Teodoro Sampaio, 165 – Presidente Prudente, 166 – Marília, 167 – Bauru, 168 – Moji Mirim, 169 – Assis, 170 – Bernardino de Campo, 171 – Botucatu, 172 – Piracicaba, 173 – Campinas, 174 – Bragança Paulista, 175 – Taubaté, 176 – Guaratinguetá, 177 – Itapetininga, 178 – Sorocaba, 179 – São Paulo, 180 – Caraguatatuba, 181 – Itararé, 182 – Capão Bonito, 183 – Itanhaém, 184 – Santos, 185 – Ribeira, 186 – Registro, 187 – Cananéia.

As variantes coletadas foram analisadas e as acepções comparadas de acordo com os principais dicionaristas de língua portuguesa e estrangeira: Cunha (1982; 1999), Caldas Aulete (1980; 2004), Houaiss (2002) e Real Academia Espanhola (on-line).

Para melhor visualização, os dados foram agrupados e analisados por faixas etárias, sexo e demonstrados por meio de quadros com gráficos. Por último apresentamos uma proposta de carta linguística com a distribuição das variantes do item lexical em questão.

4. Um pouco da história de São Paulo

A fundação do território que atualmente se configura como o estado de São Paulo remonta ao século XVI, com as missões jesuíticas, com o objetivo de catequizar o povo indígena. Fundado em 1532, por Martim Afonso de Souza, e com sua colonização estruturada em 1554, com a Casa dos meninos de São Paulo de Piratininga, constituiu base para a catequização e educação dos povos originários da localidade e acabou por auxiliar na colonização da região. Localizava-se no interior da capitania de São Vicente e era liderada por Manuel da Nóbrega. A missão jesuítica da Companhia de Jesus passou a adentrar cada vez mais o sertão em

² O Projeto ALiB entrevista nas localidades interioranas quatro informantes de baixa escolaridade. Porém, nas capitais estaduais esse número é elevado a oito, pois são também contemplados informantes com superior completo. Neste estudo optou-se por não trabalhar com os informantes de nível superior de São Paulo Capital por falta de subsídios de comparação.

busca de novas almas, sob o auxílio de José de Anchieta, difundindo o povoamento do planalto. Em 1560, a capitania foi elevada à categoria de Vila.

No fim do século XVII, as Vilas paulistas estendiam-se além de suas fronteiras atuais, segundo Ferreira (s/d): Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco do Sul, no litoral, Guaratinguetá, Taubaté e Jacareí, no vale do Paraíba; São Paulo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiá, Curitiba. Segundo o autor, as áreas das bandeiras paulistas atingia o Peru, Equador, o rio Amazonas, rio Paraguai, o vale do Tocantins, do Araguaia, Rio das Mortes, sertão mato-grossense, campinas do Rio Grande do Sul, e do Uruguai, sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, vale do Guaporé e do Madeira, e planalto goiano. Após o período de lavoura de cana de açúcar, as bandeiras seguiram viagem ao interior em busca de ouro e desbravamento das Minas Gerais.

No início da colonização predominavam índios e mamelucos e havia o uso da “língua geral” de base tupi, citado por Teyssier (1997). No fim do século XVIII, a Capitania de São Paulo desenvolveu-se no setor econômico e financeiro: nas vilas de São Sebastião e Ubatuba, fabricavam açúcar e aguardente; em toda capitania, couro e algodão e na vila de Santos, café de qualidade, segundo Tito Lívio Ferreira (s/d).

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a cultura do café tomou o lugar da cana. Com a vinda da família real para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas, houve o desenvolvimento de todo território com relação à agricultura, e com o advento da educação, deu espaço para a independência, idealizada por D. Pedro I, que a instaurou em território paulista em 1822. Após o período de Regência e ascensão de Pedro II, consolidou-se a cultura cafeeira em São Paulo. Com isso, o Estado adquiriu status nacional, construiu ferrovias e com a abolição da escravatura em 1888, tornou-se necessária a busca de nova mão de obra para a cultura cafeeira, que passou a ser provida de imigrantes. A vinda dos imigrantes impulsionou o desenvolvimento da cultura cafeeira no interior do estado, a industrialização e desenvolvimento de estradas. Minas Gerais e São Paulo passaram a governar o país, com a política do “café com leite”, alternando o controle do país com o advento da República.

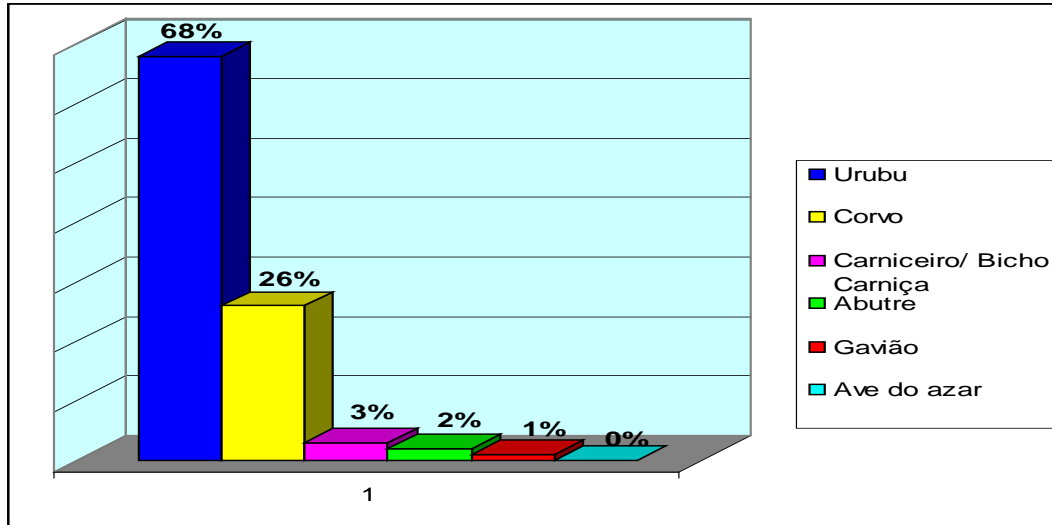
Segundo Bacellar (1999), nesse período, a maioria dos imigrantes era de origem italiana, espanhola e portuguesa. No nordeste paulista, onde a cafeicultura tinha maior relevância, houve a maior imigração, e entre o final do século XIX e a década de 1930, a maioria dirigiu-se para Ribeirão Preto, São Simão, Cravinhos e Sertãozinho. No censo de 1920, a população imigrante variava entre um quinto e um terço da população de Ribeirão Preto e vizinhança. A partir de 1921, os trabalhadores foram atraídos para a região Oeste e com as geadas, as famílias instalaram-se na Alta Sorocabana, Araraquarense e Noroeste. Anos depois, com a Constituição de 1934, iniciou-se o regime de cotas para a entrada de imigrantes, diminuindo o contingente estrangeiro que entrava no país. Com a ditadura de Vargas, veio a crise cafeeira, o retorno da cultura do café após a Segunda Guerra, e a partir de 1950, o estado tornou-se maior parque industrial do país.

Para suprir a diminuição de mão de obra, o governo de Armando Salles de Oliveira passou a incentivar a vinda de migrantes para o estado, provindos do Nordeste do país e Norte de Minas Gerais. As cidades que mais receberam levas de migrantes foram: Presidente Prudente, Rancharia, Marília, Martinópolis, Andradina, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Pompéia, Valparaíso, Araçatuba e Presidente Bernardes, vindos nos chamados paus-de-arara, um meio de transporte precário. Os maiores contingentes de migrantes nordestinos encontram-se na capital, São Paulo, que migram até hoje em busca de melhores oportunidades de trabalho.

5. Discussão e análise dos dados

Junto aos 152 informantes, foram coletadas 206 respostas (somadas as primeiras, segundas e terceiras), distribuídas em seis variantes distintas, a saber: *urubu* (139), *corvo* (53), *carniceiro/bicho carniça* (6), *abutre* (5), *gavião* (2) e *ave do azar* (1). O percentual de variantes foi:

Gráfico 1: Percentual de Variantes



Como se percebe, a variante mais difundida é *urubu* (68%). Rusche (1979) registra como o *habitat* do animal as zonas tropicais do México, Peru, Bolívia, toda a América Central e todo o território brasileiro.

É o urubu dos campos e das cidades, o mais comum dos urubus do Brasil [urubu preto comum]. [...] Tem a cabeça e o alto do pescoço nus, pretos com toda a plumagem do corpo, asas e cauda. O bico e os dedos são delgados, mas as unhas são pontiagudas e quando em ataque podem ser retesadas e produzir ações dilacerantes; o bico tem extremidade pontiaguda e curva, a fim de facilitar a dilaceração da carniça. (RUSCHI, 1979, p. 222)

Aulete (1980; 2004) registra *urubu* como um brasileirismo zoológico, cujas características são dadas à ave toda negra, de cabeça e pescoço pelados, que se alimenta de carniça. Segundo Cunha (1982), *urubu* é de origem tupi: *uru'uu* e sua datação consta de 1587. Já Houaiss (2002) traz datação mais recente: 1648 e trata o termo como regionalismo brasileiro.

A segunda variante mais difundida refere-se a *corvo* (26%) com 53 ocorrências. Cunha (1982) indica que *corvo* é palavra de origem latina e se refere a uma ave passeriforme, da família dos corvídeos, com datação do século XVIII: *corvus-ê*. Aulete (1980; 2004) indica tratar-se de ave de plumagem preta. O mesmo autor dá como brasileirismo e observa que este nome por vezes se dá *erradamente*³ ao urubu. Houaiss (2002) também analisa o termo *corvo* como uso impróprio para designar o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*).

Um fator interessante a ser considerado refere-se ao habitat natural dessas aves, pois, enquanto o urubu vive em zonas tropicais como México, Peru, Bolívia e Brasil: em todos os estados e territórios (RUSHI, 1979, p.222), o corvo é encontrado em todos os continentes, com exceção da América do Sul (HOUAISS, 2002).

Dessa forma, como explicar palavras com étimos diferentes – tupi e latim para designar o mesmo referente? Observando a distribuição espacial da variante *corvo*, algumas hipóteses podem ser levantadas, dentre elas a de que corvo, uma ave tipicamente européia, seja tradição vocabular do colonizador europeu: espanhol ou português.

Cunha (1999) registra que, em Notícias do Brasil – 1587, consta: “*urubus são uns pássaros pretos, tamanhos como corvos, mas têm o bico mais grosso, e a cabeça, como galinha cucurutada*” Câmara Cascudo (1993, p. 776) também apresenta a aproximação entre o corvo europeu e o urubu brasileiro: “*Substituiu o corvo europeu nas fábulas importadas. É o compadre urubu das facécias e fábulas brasileiras.*”

Em trabalho já publicado sobre o tema, Silva (2007) apresenta em esquema de cartografia experimental a análise das variantes coletadas para o Projeto ALiB em 13 capitais brasileiras, somando uma base

³ Grifo nosso.

de dados de 104 registros orais. Naquele trabalho, a autora observou que nos litorais paranaense e catarinense a variante *corvo* é obtida como primeira resposta.

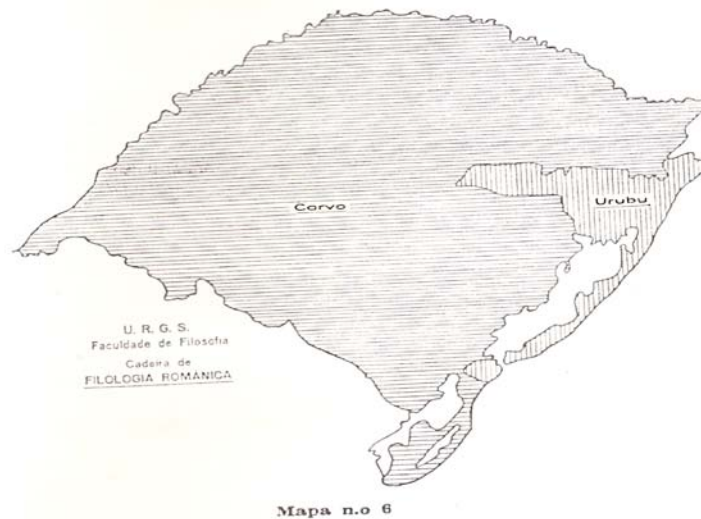
Leva-se em consideração que o sul do Brasil foi até o século XVIII de domínio espanhol, onde a influência cultural advinda da Espanha e dos países vizinhos demonstra costumes singulares em relação à fala e aos modos:

(...) semelhanças do curitibano ao índio e ao castelhano: ao índio nos costumes, ao espanhol, no uso do cavalo. Esse depoimento do século XVIII (1770) já indicava a identidade existente entre o curitibano e o gaúcho, através dos costumes e hábitos que provêm do gênero de vida idêntico. (DIEGUES JUNIOR 1960, p. 306)

No conhecido dicionário da Real Academia Espanhola, *corvo* está dicionarizado como *cuervo*, uma aceção bem próxima da que conhecemos hoje inserida no léxico popular brasileiro.

No trabalho de Bunse (1969 apud RODRIGUES) podemos notar que no Estado do Rio Grande do Sul predomina a variante *corvo*, enquanto *urubu* se distribui apenas em uma pequena faixa litorânea. Vejamos o esquema:

Mapa Sintético para *urubu/corvo* no Rio Grande do Sul



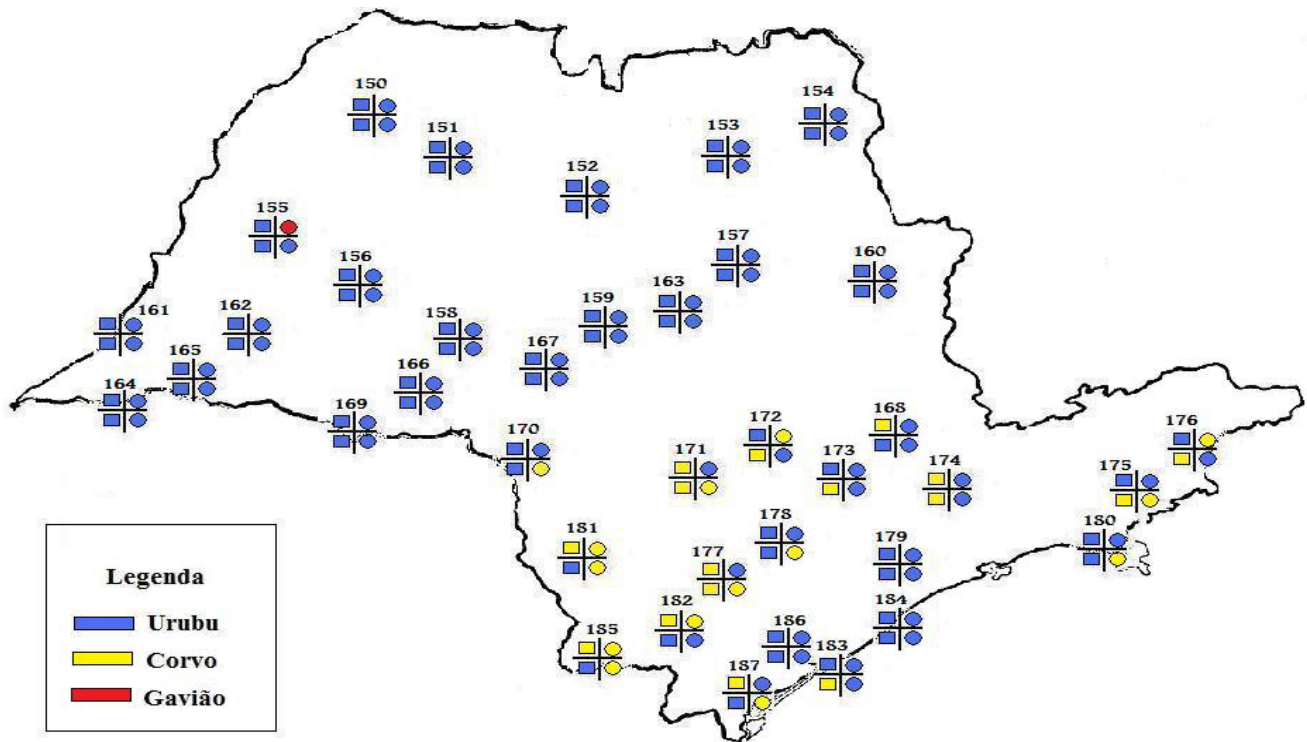
Fonte: BUNSE (1969, p. 54 apud RODRIGUES)

Por outro lado, ainda citando Silva (2007), temos a ocorrência de *corvo* em mais cinco capitais estaduais: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Manaus, onde, segundo Diegues Junior (1960), também foi significativa a presença de grupos açorianos enviados para proteger o estado. Dessa forma, podemos também lembrar que o litoral sul do Brasil também teve colonização açoriana após o século XVII, com a vinda de casais enviados pelo rei de Portugal.

Ao analisarmos a carta experimental do presente trabalho, verificamos uma clara divisão espacial das regiões onde se fala *urubu* e *corvo*. Em alguns relatos analisados, verificamos que os informantes remetem a variante *corvo* aos mais antigos e à forma não veiculada pela escola.

Apresentamos uma carta em caráter experimental com a distribuição diatópica para os conceitos obtidos para a questão (064) *Como chama aquela ave preta que come animal morto, podre?*. Os números presentes no mapa referem-se às localidades, dessa forma, lê-se 150 – Jales e 187 – Registro. O lado esquerdo da cruz representa os informantes masculinos (quadrados); já o lado direito são as mulheres (bolinhas). Acima da cruz são os jovens com faixa etária entre 18 e 30 anos; a parte de baixo são os idosos: 50 a 65 anos.

Carta I⁴ – Carta experimental do Estado de São Paulo para a questão (064) *Como chama aquela ave preta que come animal morto, podre?*⁵



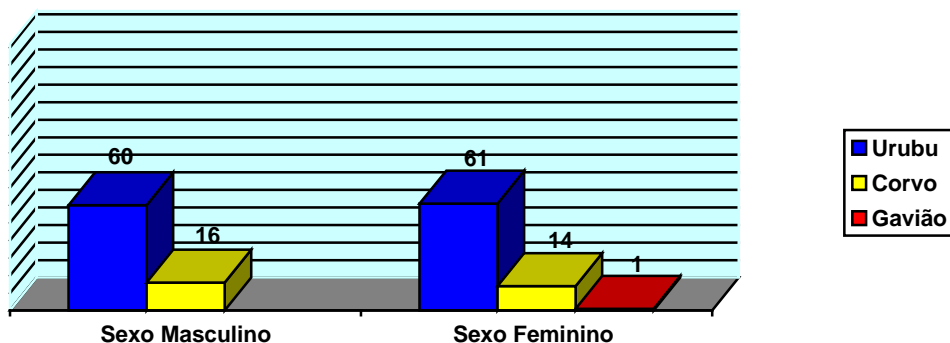
Na perspectiva diatópica, nas variantes dadas como primeira resposta na carta lexical, podemos verificar a formação de uma isoléxica da variante corvo na região litorânea, que se irradia pelas zonas fisiográficas (pontos 170 – Bernardino de Campo, 171 – Botucatu, 172 – Piracicaba, 173 – Campinas, 174 – Bragança Paulista, 175 – Taubaté, 176 – Guaratinguetá, 177 – Itapetininga, 178 – Sorocaba, 180 – Caraguatatuba, 181 – Itararé, 182 – Capão Bonito, 183 – Itanhaém, 185 – Ribeira, 187 – Cananéia.) com *urubu* alternando com *corvo* como resposta à questão. Somente nos pontos 179 - São Paulo, 184 – Santos e 186 – Registro, temos a predominância de *urubu* na região litorânea apontada, formando uma isoléxica compatível com a do interior paulista. Em Andradina, temos **uma hapax legomenon**, com a forma única *gavião*, relatada pela informante jovem do sexo feminino como primeira resposta.

Quanto aos fatores sociais, a variável diasssexual revelou não atuar de forma significativa na produtividade desta questão, pois, dentre as 152 primeiras respostas à pergunta entre os homens, 60 relataram *urubu* e 16 *corvo*. Entre as mulheres, 61 responderam *urubu*, 14 *corvo* e uma relatou *gavião*. Podemos comparar esses dados a partir dos gráficos abaixo:

Gráfico 2 : Distribuição das variantes obtidas com a questão 064 de acordo com fator diasssexual:

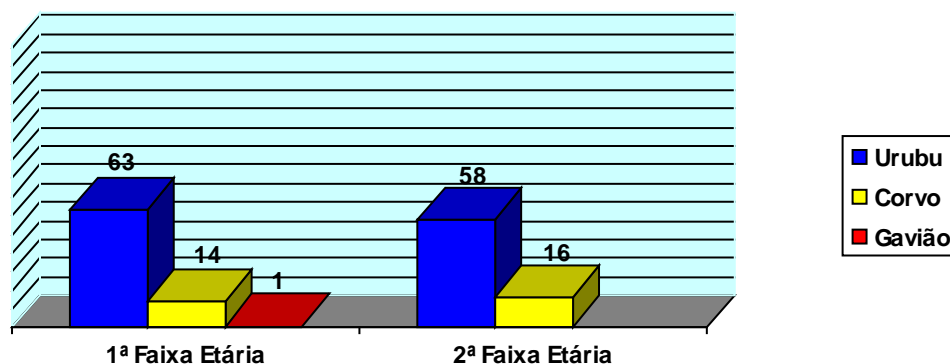
⁴ Carta elaborada *ad hoc* por Greize Alves da Silva, sob a orientação da diretora regional Vanderci de Andrade Aguilera.

⁵ Foram cartografadas somente as primeiras respostas de cada informante. Dessa forma, não estão aqui mapeadas as variantes *carniceiro/bicho carniça*, *gavião* (citada em 186 - Registro) e *ave do azar*.



De acordo com o fator diagenérico, ou a idade do informante, obtivemos o seguinte gráfico de comparação:

Gráfico 2: Comparação da distribuição das variantes obtidas com a questão 064 de acordo com o fator diagenérico:



Dentre as 152 primeiras respostas coletadas, de acordo com a 1ª faixa etária (18-30 anos), obtivemos 63 respostas *urubu*, 14 relatos da variante *corvo* e uma do vocábulo *gavião*. Ao compararmos com a 2ª faixa etária (50-65 anos), verificamos que há uma pequena diferença, com 58 registros de *urubu*, e 16 de *corvo*. Os informantes da primeira e segunda faixa etária utilizam mais a variante *urubu*, evidenciando uma tendência a manter a variante esperada e sugerida pela questão como forma mais produtiva. O fator diagenérico não produziu grandes diferenças entre as respostas coletadas no estado de São Paulo, mas revelou uma pequena tendência ao menor uso da variante *urubu* na segunda faixa etária, e um pouco mais da forma *corvo*, como segunda variante de maior produtividade, quando comparada com a fala dos mais jovens, fato citado pelos próprios informantes.

A informante idosa de Botucatu exemplifica o que acabamos de citar: “O *urubu*... *corvo*. Aqui todo mundo conhece *corvo*. *Urubu* já é um nome mais pra... pra escrevê no caderno, mais o que ‘cê aprende na escola. Mas na, na... no dia-a-dia é *corvo*”.

Já o informante idoso de Guaratinguetá atribui o uso do termo em questão aos falantes oriundos das zonas rurais, não remetendo a uma variante de prestígio: “Olha, aqui na roça é *corvo*. Agora na cidade: “Ah, *orubu*, *orubu*”. Só o pessoal da roça aqui: “A lá o *corvo*, dexa aí que o *corvo* vai comê. Vamo’ interrá pra num fedê que senão os *corvo* tá aí.”

Uma terceira variante, com 6 registros, encontrada nos relatos refere-se a *carniceiro/bicho-carniça* para designar a ave em questão. O radical *-carnic* nos remete a *carniça*, enquanto o *-ceiro* designa o autor, ou seja, aquele que se alimenta de carne, *carnívoro* (Houaiss, 2002).

Por ordem de incidência relatamos também a variante *abutre*, com 5 respostas (2%) Cunha (1982) dá sua etimologia como oriunda do latim *vultur-ûris* e datação do século XV. Já Aulete (1980; 2004) indica que *abutre* é uma ave não encontrada em território brasileiro: “(...) Os hábitos dessa ave do gênero *Vulture Gyps*,

correspondem aproximadamente ao urubu do Brasil, que às vezes *erradamente*⁶ é designado por aquele nome”. Houaiss confirma tal hipótese destacando que a ave pertence à Europa, Ásia e África (2002).

Como quinta variante temos a presença do *gavião* com duas respostas (1%), encontrada nos pontos 155 – Andradina (como primeira resposta) e em 186 – Registro (como segunda resposta). Segundo Houaiss (2002) sua datação é do século XIII, proveniente do germânico *gavilâne*; tratando-se de designação comum às aves falconiformes, da família dos acipitrídeos e falconídeos, cosmopolitas, que, em sua maioria, se alimentam de presas vivas ou de animais mortos. Dessa maneira, a associação entre o urubu e o gavião é realizada pelo informante a partir dos seus hábitos alimentares, mesmo se tratando de aves distintas.

Por último, com apenas uma ocorrência temos a variante *ave do azar* proferida pela informante idosa de Votuporanga. A questão de o urubu estar associado a um animal que traz mau agouro não é prerrogativa dos tempos atuais. CASCUDO (1993) faz referência ao animal como sendo uma “*ave agoureira e pouco simpática no folclore, egoísta, orgulhosa, solitária*”. O folclorista lembra Celso de Magalhães, que indica um dos motivos de a ave ser conhecida como animal que traz má sorte, azar:

“Razão também do urubu ser ave maldita. No interior das províncias, é crença que não se deve atirar em um corvo, sob pena de quebrar-se a espingarda e nunca se poder matá-lo. O fato de desfolharem-se todas as árvores em que os corvos fazem pouso, cremos que devido as suas secreções, é também apontado como consequência de sua maldição. O corvo quando morre, diz o povo ainda, seca ao tempo e nem as formigas comem”. (Estudos sobre poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888, p. 104 apud CASCUDO 1993).

6. Considerações Finais

Do contato com o europeu ficaram reminiscências lexicais. É o caso do *corvo* e do *abutre* presentes no falar paulista. Em relação ao corvo, animal que não é típico de nossa fauna, fica o questionamento sobre qual povo influenciou tal designação: açorianos ou espanhóis. Ainda podemos falar em influência múltipla, uma vez que São Paulo recebeu as mais variadas etnias em sua composição.

Apesar de verificarmos que os relatos dos informantes demonstram diferenças diastráticas em relação às variantes, nossas análises não registraram variações diassexuais e diagenéricas significativas quanto ao nome atribuído ao animal. Mas fica registrada a sabedoria popular, com as afirmações acerca do uso das variantes, em determinados contextos sociais, que revelam um pouco do processo da construção do riquíssimo universo lexical do falante, que não só utiliza a linguagem na sua comunicação, mas produz reflexões sobre seu uso, como o relato da informante idosa de Botucatu acerca da variante *urubu*, como forma mais escolarizada; como o informante idoso de Guaratinguetá, que relata a forma *corvo* como variante rural e *urubu* como urbana; a variante *gavião* e *abutre* que podem apontar para um não-contato direto com essa ave; e as formas *carniceiro/bicho-carniça* e *ave do azar*, que evidenciam a carga negativa atribuída pelos informantes à ave em questão.

Quanto à frequência de cada uma das variantes, *urubu* apresentou-se com a mais produtiva (68%), seguida de *corvo* (26%) e *carniceiro/bicho carnica*, *abutre*, *gavião*, *ave do azar*, com menos de 3% de respostas. A forma *urubu* é a forma hegemônica no interior do estado de São Paulo ao verificarmos a distribuição diatópica, formando uma isoléxica, alternando-se apenas com a forma *gavião* em Andradina. No litoral do estado, *urubu* co-varia com *corvo*, e forma outra zona de isoléxica hegemônica em São Paulo, Santos e Registro.

Em suma, à exceção da forma tupi *urubu*, percebemos que as demais aqui analisadas referem-se à atividade criadora do falante, que ao deparar-se com uma ave não comum ao seu convívio, atribui-lhe um nome que mais condiz com sua realidade social e conhecimento de mundo.

⁶ Grifo nosso.

7. Referências

- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa 3ª edição*. Volumes I,II,III e IV. Rio de Janeiro: Delta, 1980.
- AULETE, Caldas. *Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- BACELLAR, Carlos de Almeida; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 7ª edição – Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.
- CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de origem tupi*. 5ª edição. Brasília: Universidade de Brasília: 1999.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de estudos pedagógicos - INEP. Ministério da educação e cultura, 1960, p. 192- 367.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Biblios V.2, s/d.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Versão 1, dezembro de 2001, Editora Objetiva, Instituto Antonio Houaiss.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, [1922], 1953.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Española – 22ª edición*, 2000. Disponível em: <http://www.rae.es/> Acessado em 18 de maio de 2009.
- RODRIGUES, Rosa de Santana Belli Rodrigues. *Em busca de uma história para o léxico rural paranaense*. Tese de doutorado. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- RUSCHI, Augusto. *Aves do Brasil*. São Paulo, Editora Rios, 1979.
- SILVA, Greize Alves da. *Geolingüística: um estudo no campo lexical da fauna brasileira*. Anais do V Encontro do Curso de Letra da Faccar, 2007. Disponível em: http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2007_g/index.html. Acessado em 17 de junho de 2009.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.